



Comissão do Impeachment vota hoje relatório de Anastasia

Na reunião realizada ontem, o parecer do relator gerou controvérsia entre os senadores favoráveis e contra o afastamento de Dilma Rousseff

A Comissão Especial do Impeachment vota hoje, a partir das 9h, o relatório de Antonio Anastasia, que recomenda o afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República. Na reunião de ontem, os senadores discutiram o parecer.

Segundo os pró-impeachment, Anastasia conseguiu reunir fatos que comprovam os crimes de responsabilidade. Já os defensores da presidente afastada consideraram o relatório a “concretização do golpe”.

Para ser aprovado, o parecer precisa de maioria simples. Na terça-feira, o Plenário vota se aceita dar continuidade ao processo. **4 e 5**



Pedro Franco/Agência Senado

O relator, Antonio Anastasia, e o presidente da comissão, Raimundo Lira (C): aprovado ou rejeitado, parecer vai a Plenário



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Audiência reúne representantes do governo federal, de estados e de municípios

Especialistas sugerem mudanças em proposta sobre estâncias turísticas

Se for aprovado da forma como está, o projeto que define requisitos para que uma cidade receba a conceituação de estância turística vai deixar de fora muitos municípios, disseram

debatedores que participaram de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A proposta poderá ser modificada, garantiu Hélio José, que coordenou o debate. **7**

Senadores pedem manifestação do TCU sobre contratos em saúde

Requerimento pedindo manifestação do Tribunal de Contas da União sobre a inclusão, nos cálculos das despesas dos governos, de gastos

com gestão de unidades de saúde por organizações sociais foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais e segue para o Plenário. **8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Dalirio Beber (D) preside a sessão de votação na Comissão de Assuntos Sociais

Projeto de iniciativa popular poderá ter análise acelerada **3**

Olimpíada altera agenda de visitas ao Congresso **2**

Plenário avaliará uso de desfibrilador em eventos **8**

Texto sobre animais agredidos causa polêmica **6**

Projeto obriga divulgação de lista de agendamento de cirurgias do SUS **6**

Após sabatina, comissão aprova engenheiro para diretoria do Dnit **3**

Avança inclusão de temas de cidadania no currículo escolar **8**

Novas regras punem sócio que fraudar empresa

Seguiu para o Plenário, em regime de urgência, o projeto de lei da Câmara que determina normas e detalha ritos processuais para responsabilização de sócios que se utilizarem da empresa para a prática de fraudes ou atos abusivos, buscando proveito próprio. A proposta, aprovada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recebeu parecer favorável do relator, Ricardo Ferraço. Na opinião do senador, o texto melhora significativamente o ambiente de negócios, além de afastar uma possível insegurança jurídica. **6**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão aprova o texto, que vai a Plenário em regime de urgência



Prefeitura de Gavião

Rede de esgoto em Gavião (BA): segundo a OMS, gasto com saneamento significa economia em atendimento hospitalar

Nova lei prevê incentivo para obras de saneamento

Aprovada em julho pelo Senado, a lei, publicada na terça, concede incentivos para que as companhias de saneamento básico aumentem o investimento no setor. Meta é universalizar o serviço até 2033

COMPANHIAS PRESTADORAS DE serviços de saneamento básico receberão incentivo para aumentar investimentos no setor. É o que prevê a Lei 13.329/2016, publicada na terça-feira no *Diário Oficial da União*. Foi vetada, porém, a previsão de que empresas que aumentassem investimentos em projetos que pudessem receber créditos das contribuições do PIS-Pasep e Cofins.

A nova lei tem origem em substitutivo da Câmara (SCD 4/2016) a um projeto de lei do Senado (PLS 95/2015). A proposta foi aprovada pelos senadores em 6 de julho.

O texto modifica a Lei de Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb). Para as empresas que quiserem aderir ao regime, será exigida regularidade fiscal de impostos federais. A matéria faz parte do pacto federativo.

Para elaborar o veto, o governo ouviu os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

De acordo com a justifica-

tiva, a concessão de créditos tributários “representa renúncia de receita, sem atentar à Lei de Responsabilidade Fiscal, compromete o esforço fiscal, contribui para o baixo dinamismo da arrecadação tributária, contraria as diretrizes de simplificação da tributação de PIS e Cofins e aumenta a ineficiência econômica, face à alteração de preços relativos”. O governo alegou ainda que o dispositivo também viola a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece o prazo máximo de cinco anos para eventual renúncia de receita. A vigência do Reisb vai até o ano de 2026.

Atraso

Segundo o autor do projeto original, José Serra (PSDB-SP), o saneamento é um dos segmentos mais atrasados da infraestrutura no Brasil.

O senador argumenta que o país apresenta um grave quadro de carência de saneamento, com investimentos insuficientes para alcançar a meta de universalização estabelecida para 2033. Serra destaca que estudo da Organização

Mundial da Saúde (OMS) registra que para cada R\$ 1 investido em saneamento o governo economiza R\$ 4 em atendimento hospitalar.

O relator do projeto, Waldemir Moka (PMDB-MS), defendeu a importância da proposta em Plenário. O presidente do Senado, Renan Calheiros, e vários outros senadores também destacaram o valor do projeto e comemoraram a aprovação, como Roberto Muniz (PP-BA), Simone Tebet (PMDB-MS), Aécio Neves (PSDB-MG) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

Renan lembrou que essa proposta era uma das prioridades definidas para a Casa até o início do recesso de julho. Ele disse que a proposição tem por objetivo aumentar a abrangência e melhorar a qualidade do saneamento básico em todo o país.

Em maio deste ano, a Revista *Em Discussão!*, editada pela Secretaria de Comunicação Social do Senado, abordou a temática.

[Em Discussão! pode ser lida no site: www2.senado.leg.br/emdiscussao](http://www2.senado.leg.br/emdiscussao)

Aumenta a pena para furto de gado e outros rebanhos

O furto e a receptação de animais de bando, como bovinos, suínos e caprinos, serão punidos de forma mais rigorosa. É o que estabelece a Lei 13.330/2016, publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

O texto cria uma previsão específica no Código Penal e estabelece pena mais dura para esse tipo de crime do que a prevista para outros tipos de furto. A nova lei tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 128/2015, aprovado pelos senadores em 13 de julho.

De autoria do deputado Afonso Hamm (PP-RS), o

projeto agrava a pena pelo desvio de animais de corte, mesmo depois de abatidos, e pune o comércio de carne de procedência ilícita. Atualmente, o furto é punido com pena de um a quatro anos de reclusão. A nova lei altera a legislação para estabelecer pena de dois a cinco anos de reclusão para quem subtrai esses animais, ainda que abatidos ou divididos em partes. Também enquadra como crime a comercialização, o armazenamento, a exposição à venda ou mesmo a entrega de carne ou outros alimentos sem origem controlada.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), José Pimentel (PT-CE) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) elogiaram o projeto. O relator, Aécio Neves (PSDB-MG), alertou sobre os problemas de saúde pública gerados pelo comércio clandestino de carne e outros alimentos e observou que o furto de gado é o crime contra a propriedade mais praticado no interior do país.

— É uma questão tanto criminal quanto de saúde pública. Estamos enfrentando uma realidade para inibir o comércio clandestino de animais — declarou o senador.

Renan convoca sessão do Congresso para quarta-feira

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou sessão do Congresso Nacional para quarta-feira, às 14h. A comunicação foi lida em Plenário por Regina Sousa

(PT-PI), que presidia a sessão. Na pauta, estão vários vetos e projetos de lei do Congresso. O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 2/2016) também pode ser votado.

Jogos de futebol da Olimpíada alteram visitas a Senado e Câmara

Por causa de partidas de futebol dos Jogos Olímpicos 2016, o programa de visita

ção estará suspenso hoje. Outras informações podem ser obtidas na página da visita

ção na internet, na página do Congresso Nacional. Segundo a Diretoria-Geral, além do acesso às dependências do Congresso, os serviços de alimentação, transporte, atendimento de emergência de saúde e de limpeza terão programação diferente.

O trânsito será alterado na região central de Brasília e proximidades do Congresso. Todas as faixas da Via N1, a partir da meia-noite do dia 4, serão interditadas da Rodoviária do Plano Piloto até

o Tribunal de Contas do DF. Os acessos à Via N1 serão bloqueados. Na via N2, o trecho em frente ao estacionamento do Mané Garrincha e segue para o Autódromo Internacional Nelson Piquet estará interditado nos dois sentidos. O mesmo vale para a via que contorna o autódromo, com exceção da pista em frente ao depósito do Detran, que estará liberada. A Via S2 ficará fechada da ligação com a S1 até o Centro Empresarial Brasil 21.

Iraque x Dinamarca está marcado para as 13h de hoje. Em seguida, o jogo do Brasil contra a África do Sul começa às 16h. Estão programados mais oito jogos em Brasília.

Fátima relata ações do crime organizado no Rio Grande do Norte

Fátima Bezerra (PT-RN) prestou solidariedade à população do Rio Grande do Norte, que vem enfrentando atentados promovidos pelo crime organizado.

Segundo informou a senadora, foram mais de 80 ataques, motivados pela instalação de bloqueadores de sinal de telefone celular perto de presídios e cadeias.

Fátima disse que o país precisa com urgência de uma política de longo prazo para melhorar a segurança pública e resolver “o grave problema do sistema prisional brasileiro, que está falido”. Ela pediu liberação de recursos federais para o Rio Grande do Norte.

José Aníbal defende limite de gastos com pessoal, sem exceções

José Aníbal (PSDB-SP) disse ontem que estranhou a declaração do ministro da Fazenda,



Moreira Manz/Agência Senado

Henrique Meirelles, de que seriam secundários os artigos da renegociação das dívidas dos estados que obrigam os Poderes e órgãos estaduais a limites de gastos com pessoal.

Para o senador, isso significa que poderá haver exceções no limite do teto para algumas categorias.

— Para se excepcionalizar a regra para alguns setores, vai ter que agravar as condições para outros. Não pode.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



IMPEACHMENT Votação

9h A comissão especial vota o relatório que recomenda o impeachment de Dilma Rousseff.

CRE Sabatina de diplomatas

10h A comissão sabatina embaixadores indicados para o Panamá, a Rússia e o Kuwait. Depois, leitura de relatórios com indicações para Angola, Estados Unidos e Portugal.

PLENÁRIO Sessão de discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Comissão aprova indicado para a diretoria do Dnit

O engenheiro André Martins de Araújo, que já exercia interinamente o cargo de diretor de Planejamento do órgão, foi sabatinado ontem pela Comissão de Infraestrutura; agora falta o Plenário

A COMISSÃO DE Infraestrutura (CI) aprovou ontem a indicação do engenheiro André Martins de Araújo para o cargo de diretor de Planejamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A indicação agora irá a apreciação do Plenário.

Araújo é servidor de carreira do Dnit. O relator, Vicentinho Alves (PR-TO), informou que o indicado já vem exercendo o cargo interinamente, destacou seu currículo e sua conduta ilibada.

Durante a reunião, alguns senadores já cobraram do indicado ações para obras em seus estados. Lasier Martins (PDT-RS) pediu a retomada das obras da segunda ponte sobre o Rio Guaíba, em Porto Alegre.

— Essa obra é indispensável. Esse assunto tem estado em manchetes no Rio Grande do Sul quase todas as semanas. O



Sob a presidência de Garibaldi (D), comissão sabatina André Martins de Araújo

anseio de todos os gaúchos é que essa obra seja retomada — disse.

Antes da votação, senadores manifestaram preocupação com outros nomes escolhidos para diretorias da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e outros departamentos do Dnit, por serem proprietários, mesmo que parciais, de construtoras

ou de empresas investigadas por corrupção.

A legislação atual permite a propriedade, mas não autoriza que servidores de órgãos públicos participem da administração de empresas privadas. Os senadores decidiram também realizar audiência para que a ANTT preste contas sobre o contrato de concessão da Ferrovia Transnordestina.

Proposta de iniciativa popular poderá ter rito de MP

A proposta de emenda à Constituição que atribui aos projetos de lei de iniciativa popular rito acelerado de tramitação, semelhante ao das medidas provisórias (PEC 8/2016), foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Com parecer favorável do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a PEC segue para o Plenário, onde passará por dois turnos de discussão e votação.

O rito estabelece que os projetos de iniciativa popular terão de ser analisados em até 45 dias. Caso contrário, todas as deliberações do Congresso estarão suspensas até que se conclua a votação dessas matérias. Para Reguffe (sem partido-DF), autor da proposta, os mecanismos e os instrumentos de democracia direta precisam ser ampliados e fortalecidos, de modo a possibilitar a aproximação

do Legislativo com o cidadão.

“Não se pode conceber que qualquer proposição de iniciativa da sociedade, com mais de 1,5 milhão de assinantes, esteja sujeita ao talante dos interesses dominantes no Congresso, capazes de inviabilizar o seu trâmite e a apreciação definitiva pelos parlamentares”, considerou na justificativa da PEC.

Randolfe concorda com o rito similar ao das MPs.

Avança aumento para ministros do Supremo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto que aumenta os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o que resultará na definição do novo teto para o funcionalismo público. O texto (PLC 27/2016), relatado por José Maranhão (PMDB-PB), que preside a CCJ, eleva os subsídios mensais dos ministros em 16,38%, dos

atuais R\$ 33,7 mil para R\$ 36,7 mil a partir de 1º de junho de 2016, passando a R\$ 39,2 mil a partir de janeiro de 2017. O texto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A comissão adiou a votação do projeto de aumento salarial para o procurador-geral da República (PLC 28/2016), com ganhos mensais fixados no mesmo patamar definido para

os ministros do STF. O relator é Valdir Raupp (PMDB-RO).

A comissão rejeitou voto em separado de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) contra os aumentos. Ele destacou que o reajuste proposto para o Supremo tem reflexos nos subsídios pagos a todos os membros da magistratura federal e estadual e ministros e conselheiros dos tribunais de contas.

Projeto sobre fim da prisão disciplinar vai a Plenário

Integrantes das polícias militares e dos corpos de bombeiros poderão ficar livres da pena de prisão disciplinar. A alteração é prevista em projeto (PLC 148/2015) aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e encaminhado ao Plenário.

A proposta assegura a essas duas categorias, no julgamento

das transgressões disciplinares, direitos como o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. Também veda medida privativa e restritiva de liberdade. A fim de tornar efetivos esses direitos, a proposta fixa prazo de 12 meses para os estados instituírem novos códigos de ética e disciplina das duas categorias.

Mesmo reconhecendo que a Constituição permite punições disciplinares privativas de liberdade, o relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), afirmou que isso não obriga o legislador a efetivamente adotar essas penalidades.

— Trata-se de opção política, adotada no passado, mas que não pode ser mantida.

Congresso manteve 8 vetos e adiou votação de outros 6

Diferentemente do que foi publicado na edição de ontem do **Jornal do Senado**, o Congresso Nacional manteve oito vetos presidenciais na votação feita anteontem. A reportagem informou, de forma equivocada, que 14 vetos foram mantidos.

Os seis vetos restantes que constavam da pauta do Congresso acabaram não sendo votados porque foram apresentados destaques para votação em separado. Eles se-

rão analisados na semana que vem, em data a ser marcada.

Havia um 15º veto, que foi declarado prejudicado. Ele impediu a vigência imediata da obrigatoriedade do uso do farol baixo em rodovias durante o dia, prevista na Lei 13.290/2016, de maio. Com o veto, a exigência passou a vigorar 45 dias após a publicação da lei, apenas em julho. A eventual derrubada do veto não seria capaz de modificar a data inicialmente prevista.

Os vetos presidenciais

MANTIDOS

- **Espírito Santo** Veto à liberação de R\$ 46 milhões para investimentos em infraestrutura de turismo e para repasses ao Espírito Santo.
- **Produtores rurais** Veto a trecho do projeto que estabelece regras para sistema de integração entre produtores rurais e indústria.
- **Empresa solidária** Veto a dispositivo da lei que dá selo especial a empresas que estimulam a doação de sangue e medula óssea.
- **Dívida rural** Veto à permissão de novo financiamento ao agricultor que renegociar crédito rural sem estar em dia com dívida anterior.
- **Produtos agrícolas** Veto a trechos da lei que facilita a concessão de seguro de crédito à exportação de produtos agrícolas.
- **Caminhoneiros** Veto a partes da lei que estabelece melhores condições para o refinanciamento de dívidas de caminhoneiros.
- **Reajuste** Veto a dispositivos da lei que concede reajuste de 21,3%, dividido em quatro anos, aos servidores do Senado.
- **Estatais** Veto a trechos da Lei de Responsabilidade de Estatais, que estabelece novas regras para nomeação de diretores de estatais.

NÃO VOTADOS

- **Minha Casa, Minha Vida** Veto à reserva de 10% da verba federal para construção de casas do programa em cidade com menos de 50 mil habitantes.
- **Circulação em vias** Veto a trecho que proíbe pedestre de interromper circulação de vias. Para governo, seria restrição à liberdade de manifestação.
- **Gestante** Veto a partes da lei que proíbe o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres sem prejuízo do salário.
- **Quitação de débito** Veto parcial à lei que obriga o Sistema Financeiro Nacional a emitir recibo de quitação de débito no prazo de dez dias úteis.
- **Setor elétrico** Veto a trechos da lei que amplia o prazo para adesão à prorrogação antecipada de contratos de concessão do setor elétrico.
- **Mosquito** Veto a artigos da lei que autoriza o ingresso forçado de agentes de saúde em imóveis abandonados para combater o *Aedes aegypti*.

Licenciamento ambiental em obras públicas será debatido

Foi adiada ontem a votação de proposta de emenda à Constituição que incentiva práticas sustentáveis no poder público, como o aumento da eficiência energética, o uso de energia renovável e a adoção de tecnologia verde. A PEC 153/2015 já havia recebido parecer favorável do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Randolfe também é autor de pedido de debate do tema.

O foco da discussão deverá ser, na verdade, a PEC 65/2012, que impede a interrupção de obra pública após a concessão da licença ambiental e tramita em conjunto com a PEC 153. O parecer de Randolfe já recomendou a rejeição da PEC 65, por concluir que a proposta

“desmantela as normas infraconstitucionais que regem o licenciamento ambiental” de obras que possam degradar o meio ambiente.

Para Randolfe, a polêmica em torno da PEC 65 — que já estava pronta para votação no Plenário — foi levantada por entidades ambientais. Elas observaram haver, na proposta, “um caminho para extinção do processo de licenciamento ambiental em obras públicas”. Frente ao apelo, Randolfe conseguiu aprovar requerimento para tramitação conjunta com a PEC 153 e, assim, levá-la de volta para a CCJ.

A ideia do debate é avaliar os pontos em comum e as divergências entre as duas propostas. Devem participar representantes do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente.

Para os senadores pró-impeachment, texto do relator, que será votado hoje, é "irretocável e claro". Na visão dos parlamentares que defendem a presidente afastada Dilma Rousseff, documento concretiza um "golpe sorrateiro"

Relatório de Anastasia recebe elogios e críticas em comissão

OS MEMBROS DA Comissão Especial do Impeachment debateram ontem o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que reconheceu a procedência da acusação e recomendou que a presidente afastada Dilma Rousseff seja julgada no Plenário.

Os senadores que querem o impedimento descreveram o texto como "irretocável" e "claro". Os que defendem a presidente afastada afirmaram que o documento concretiza um "golpe sorrateiro".

O relatório será votado hoje pela comissão, às 9h. Os líderes partidários poderão falar por cinco minutos para orientar as bancadas. Para ser aprovado, o relatório precisa dos votos da maioria simples dos membros do colegiado, composto por 21 senadores.

Aprovado ou rejeitado, o parecer irá para a análise do Plenário na terça-feira. Caso a maioria simples dos 81 senadores decida pela continuidade do processo, Dilma será julgada no fim do mês, em data a ser marcada.

Fatos

Anastasia cita 40 fatos que embasam sua convicção de que a presidente deve ser processada

por crime de responsabilidade.

Para ele, esses fatos "evidenciam e expõem às claras" uma governante que "buscou deliberadamente executar o seu programa político a qualquer custo". De acordo com Anastasia, os danos para a economia e para a sociedade foram graves, são sentidos até hoje e ainda produzirão efeitos por vários anos.

Alertas e cobranças

Entre os fatos citados, estão os alertas de técnicos do Tesouro Nacional para os riscos da gestão fiscal e as instruções de seus superiores para o não pagamento das dívidas das pedaladas fiscais cobradas pelos bancos públicos.

Anastasia citou ainda as advertências da Caixa para atrasos sistemáticos em relação ao Bolsa Família e a cobrança de explicações do Banco do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sobre as pedaladas fiscais.

Além disso, a presidente enviou ao Congresso Nacional em 22 de julho de 2015 um projeto de lei visando alterar a meta fiscal (PLN 5/2015).

Na justificativa do PLN, o governo informou que "tornou-se imperiosa a redução da meta de resultado primário a ser



O relator, Antonio Anastasia, e o presidente da comissão, Raimundo Lira: para ser aprovado, relatório precisa dos votos da maioria dos senadores presentes à reunião de hoje

realizado em 2015" e que, para Anastasia, indicava ciência da impossibilidade de cumprimento da meta em vigor.

Segundo ele, o governo assumiu publicamente que a meta original da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com a qual o Orçamento deveria ser compatível, não seria alcançada.

Mesmo assim, em 27 de julho, foi publicado no *Diário Oficial da*

União um decreto de abertura de crédito suplementar, o que, na avaliação de Anastasia, não poderia ter sido feito, pois o governo já havia encaminhado o projeto de redução da meta fiscal.

Plano Safra

O relator lembrou que o chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, Fernando Rocha, classificou, em

depoimento à comissão, como juro o pagamento do índice entre a data da apuração e a data da efetiva liquidação dos valores da equalização do Plano Safra. O fato indica, conforme o senador, a existência de operação de crédito entre o banco público e seu controlador, a União.

Para o relator, nesses episódios houve um desrespeito grave à Lei de Responsabilidade Fiscal,

"norma fundamental na estrutura jurídica brasileira". Para ele, o desrespeito à lei orçamentária, que define o Orçamento da União para cada ano, caracteriza crime de responsabilidade.

Anastasia observou que não se trata de um crime comum, mas de uma infração político-constitucional de responsabilidade da presidente da República, que deve ser julgada pelo Senado.

Para Moka, trabalho do relator ficará na história

A atuação de Antonio Anastasia na elaboração do relatório favorável à pronúncia contra a presidente afastada Dilma Rousseff foi elogiada pelo senador Waldemir Moka (PMDB-MS) na Comissão do Impeachment.

Moka destacou que o relator ouviu dezenas de testemunhas e participou de todas as reuniões do colegiado.

— Vossa Excelência ficará na história como o senador que fez um trabalho sério, cuidadoso.

Parecer inventa figuras jurídicas, afirma Vanessa

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) questionou a isenção de Antonio Anastasia, cujo relatório, disse, inventa figuras jurídicas e parte de premissas equivocadas para chegar a conclusões igualmente equivocadas.

— Ficou óbvio que não se trata de processo de impeachment, e o povo já percebeu. Isso aqui é um golpe. Quem levar isso adiante vai levar para o resto da vida o carimbo de quem ajudou a dar um golpe num governo democrático.

Medeiros: não há golpe, e sim luta pelo poder

Robusto e forte. Foi assim que o senador José Medeiros (PSD-MT) qualificou o relatório do colega Antonio Anastasia na Comissão do Impeachment.

Medeiros sustentou não estar havendo um golpe no país, mas uma luta pelo poder.

— Cada um está defendendo o seu lado. Poder ninguém dá. Poder é tomado — disse.

Para ele, o trabalho da comissão foi acompanhado pelo país como uma Copa do Mundo.

Humberto: Anastasia fez "contorcionismo jurídico"

Na discussão sobre o relatório de Antonio Anastasia na comissão especial, Humberto Costa (PT-PE) reafirmou sua

posição contra o impeachment, explicando que, para a continuidade desse processo, teria que ser identificado um comportamento doloso e grave da parte de Dilma Rousseff. Ele argumentou que apenas razões jurídico-políticas — e não só políticas, como, em sua opinião, está acontecendo — justificariam esse impedimento.

Para o senador, em nenhum momento identifica-se a caracterização de crime de responsabilidade. Ele disse ainda que a comissão se divide entre os senadores que sabem que não houve crime e votarão contra o relatório e os que também sabem que não houve crime, mas que, mesmo assim, vão votar a favor do impeachment.

Lúcia Vânia: relatório refuta tese da defesa

Lúcia Vânia (PSB-GO) elogiou o relatório de Antonio Anastasia, que, segundo ela, refuta os argumentos da defesa e registra as irregularidades cometidas por Dilma Rousseff.

— O trabalho se contrapõe às inúmeras filigranas que a defesa invocou — disse, ao se manifestar pela aprovação do texto.

Para ela, a má gestão causou estragos e sofisticado, mas é um golpe — disse sobre o processo contra a presidente afastada.

Processo ignora milhões de votos, afirma Gleisi

Um atentado à soberania popular que desprezou 54 milhões de votos dados a Dilma Rousseff. Assim a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) classificou o processo de impeachment.

Para ela, as pedaladas fiscais e os decretos de crédito suplementar tinham base legal, portanto não configurariam crime.

— Ele é manso, branco, sorrateiro e sofisticado, mas é um golpe — disse sobre o processo contra a presidente afastada.

Parecer é competente e claro, opina Ferraço

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) afirmou que a presidente afastada Dilma Rousseff cometeu os crimes de que é acusada no processo de impeachment e que o relatório de Anastasia é competente e claro. Ferraço disse que votará a favor do afastamento definitivo de Dilma.

O senador chamou Dilma de desonesta, por ter levado o país à crise econômica, "fraudando as contas públicas" apenas para permanecer no poder.

— O discurso do "eu não sabia de nada" não cola mais. Se não sabia, deveria saber.

Lindbergh: medo da Lava Jato motiva elites

O impeachment não é apenas um golpe parlamentar, mas um golpe das elites brasileiras, que nunca tiveram compromisso com a democracia, segundo Lindbergh Farias (PT-RJ).

Para o senador, o que motiva as elites é o medo da Operação Lava Jato, porque os diretores das principais empreiteiras foram presos.

Ele afirmou que o governo interino quer tirar direitos dos trabalhadores e dos pobres.

Gladson considera que houve "atentado" às leis

Para Gladson Cameli (PP-AC), o relatório de Anastasia deixa claro que a presidente afastada praticou um "autêntico atentado à Constituição".

O documento, disse, aponta provas de crime de responsabilidade nos dois casos da denúncia: a abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso e as pedaladas fiscais.

Segundo ele, o processo de impeachment tem fundamento e suporte jurídico inquestionáveis.

Processo põe democracia em risco, acredita Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou ontem que o processo de impedimento de Dilma Rousseff faz o Brasil "caminhar de modo perigoso para o sepultamento de uma jovem democracia".

— São apenas 27 anos [de democracia]. Nossas instituições ainda estão sendo fortalecidas. Sobre o relatório, classificou o documento de "fraude".

— O senador quer condenar a presidente por atos corriqueiros, que fazem parte da gestão pública. Ato praticado por ele mesmo quando foi governador de Minas Gerais.

Kátia Abreu defende governo de Dilma

Kátia Abreu (PMDB-TO) acusou os apoiadores do impeachment de forjar "um mantra da irresponsabilidade" em torno da gestão da petista Dilma Rousseff para justificar a crise econômica do país. Ela anunciou voto contrário ao relatório de Anastasia e disse não haver comprovação das acusações contra a presidente afastada.

— Não tem crime e, se não tem crime, é golpe — concluiu a senadora, ex-ministra de Dilma.

Cássio quer rápida conclusão do processo

A população espera que o Senado conclua de forma rápida a cassação definitiva do mandato de Dilma, na opinião de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

— Desde o início, o que se observa é a tentativa de obstrução dos trabalhos da comissão pelos aliados da presidente afastada. Querem, com a indefinição desse julgamento, manter uma situação de instabilidade no país.

Cássio também manifestou seu apoio ao relatório de Anastasia.

Telmário: Congresso dará um golpe na República

Telmário Mota (PDT-RR) disse ter ficado comprovado, durante o processo, que não houve crime de responsabilidade da presidente afastada. Entretanto, nada disso fará a maioria dos senadores mudar de opinião, avaliou. Para ele, a tomada de posições será política e nada do que foi dito até agora mudou o voto de ninguém, porque todos já tinham opinião preconcebida.

— O Congresso dará um golpe na República brasileira — disse.

Ana Amélia diz que vota com consciência livre

Ana Amélia (PP-RS) disse que vai votar a favor do impedimento de Dilma com a consciência livre e a convicção de que o Plenário confirmará depois o relatório de Anastasia.

Ela reafirmou que o Senado está fazendo não só um julgamento jurídico, mas político de Dilma e nem poderia ser diferente.

— Estamos, sim, fazendo julgamento político, pois se fosse somente jurídico teria que ser feito pelo STF.

Caiado lembra alerta do TCU sobre decretos

O processo de afastamento em curso tem o papel didático de mostrar que é necessário ter responsabilidade fiscal e tratar o Orçamento com realismo, afirmou Ronaldo Caiado (DEM-GO). O senador lembrou que a presidente afastada Dilma Rousseff foi alertada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito de irregularidades na edição de decretos suplementares sem anuência do Congresso.

— Mas, infelizmente, Lei de Responsabilidade Fiscal e transparência são secundárias para o governo do PT — criticou.

Advogado de acusação classifica relatório como "obra-prima"

O advogado João Correia Serra, um dos que atuam pela acusação no processo de impedimento da presidente afastada Dilma Rousseff saiu em defesa do relator da Comissão Especial do Impeachment, senador Antonio Anastasia. Ontem, ao encerrar a discussão do relatório do parlamentar, o advogado disse não haver nenhuma hipótese legal para suspeição do relator.

A declaração do advogado foi uma resposta aos aliados da presidente afastada, que insistem na tese de que Anastasia não poderia assumir a função por ser do PSDB, partido de



Na reunião, Serra diz que relatório de Anastasia tem segurança jurídica

oposição ao PT.

— Quero restaurar as impropriedades aqui ditas contra o relator e destacar a imparcialidade e a condução correta do trabalho — disse Serra, que

classificou o relatório de "obra-prima, blindada pela segurança jurídica".

Para o advogado, Dilma não observou regras mínimas previstas na Constituição e a conduta dela foi determinante para o cometimento das ilegalidades pelas quais é acusada: pedaladas fiscais e edição de decretos suplementares sem anuência do Congresso.

— A presidente afastada lamentavelmente não deu o respeito à Carta Maior. É chegada a hora de o país parar de sangrar para que a sociedade avance — disse.

Cardozo: "Texto é autoritário e criminaliza quem pensa diferente"

Para José Eduardo Cardozo, advogado de defesa de Dilma Rousseff, o relatório de Antônio Anastasia na Comissão do Impeachment é "autoritário", por criminalizar quem pensa diferente em relação à gestão orçamentária.

— E com um agravante devido a seu viés retroativo, quando há provas em profusão nesse processo de que casos análogos ocorridos em outros governos jamais haviam sido apontados como irregulares antes da mudança recente de interpretação.

Cardozo ainda acredita que Anastasia não conseguiu livrar-



Eduardo Cardozo, advogado de defesa, diz que não houve gasto acima da meta

-se da "paixão partidária" na elaboração de seu relatório.

— O que importa para o cumprimento da meta fiscal é o quanto se gasta. Vossa Excelência trabalha num império do mundo

das ideias, onde a forma prevalece sobre a substância, onde a meta fiscal pode levar a uma cassação de mandato mesmo sem ter um centavo a mais gasto por decretos — afirmou.

Cardozo também destacou o fato de Anastasia ter estabelecido "por conta própria" um prazo retroativo de 40 dias para justificar o suposto atraso na operação sobre o Plano Safra. Quanto aos créditos suplementares, o advogado considerou "um ato inconstitucionalmente falho" o relatório afirmar que "a máquina burocrática buscou a interpretação mais conveniente" para justificar decretos.



Segundo Lira, Lewandowski só vai marcar data após sessão de pronúncia

Data do julgamento deve ser decidida na semana que vem

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, aguardará o resultado da sessão de pronúncia, na terça-feira, para então marcar o julgamento final de Dilma Rousseff no Plenário. A informação é do presidente da Comissão do Impeachment, Raimundo Lira (PMDB-PB):

Ontem os senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR), Fátima Bezerra (PT-RN), Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) e Lindbergh Farias (PT-RJ) pediram a Lewandowski que os prazos do processo não sejam apressados. O ministro não quis se manifestar antes da reunião marcada para hoje com líderes partidários no Senado.

Regra para sócios fraudadores vai a Plenário

Projeto estabelece normas e determina o rito processual para responsabilizar aquele que usar a empresa para praticar atos abusivos, buscando proveito próprio

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 69/2014) que estabelece regras e detalha ritos processuais para responsabilização de sócios que se utilizarem da empresa para a prática de fraudes ou atos abusivos, buscando proveito próprio. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), e segue para votação em regime de urgência no Plenário do Senado.

A legislação brasileira já prevê a chamada desconsideração da personalidade jurídica, instituto que permite a responsabilização de sócios e administradores por fraudes cometidas pela empresa. No entanto, a lei não delimita normas e ritos para aplicação da medida, o que tem gerado indefinição e controvérsias, conforme destacou o senador no parecer.

Ferraço observou que a desconsideração da personalidade jurídica — se aplicada sem respeito às garantias constitu-

cionais — pode atingir sócios que não praticaram fraudes ou sócios minoritários, que não participam da gestão da empresa.

— O projeto contribui para afastar interpretações equivocadas e disciplinar de forma adequada e detalhadamente a matéria, afastando, assim, a insegurança jurídica que decorre da aplicação disforme do instituto nas diferentes esferas da Justiça brasileira — sustentou o senador.

O PLC 69/2014 é de autoria do deputado federal licenciado Bruno Araújo (PSDB-PE), atual ministro das Cidades do governo interino de Michel Temer. Os méritos assinalados pelo relator também foram reconhecidos, durante a discussão da proposta, por Armando Monteiro (PTB-PE).

— Trata-se de um projeto de grande alcance e importância, fundamental para melhorar o ambiente de negócios e prover mais segurança jurídica. A desconsideração só deveria ser episodicamente aplicável. Do contrário, vai desestimular



Na opinião do relator, Ricardo Ferraço, o projeto vai ajudar a acabar com a insegurança jurídica nas relações societárias

investimentos de risco no Brasil. Se alguém [sócio] fica com seu patrimônio alcançável por impontualidade da pessoa jurídica, se há esse risco, é melhor aplicar em papéis [ações], que não têm a ver com o risco da gestão — considerou o senador.

Nessa perspectiva, o PLC 69/2014 explicita que os efeitos da decretação de desconsideração da personalidade jurídica não atingirão os bens particulares de sócio ou administrador que não tenha praticado ato abusivo em nome da empresa. Por

fim, o texto reforça a necessidade de requerimento específico do Ministério Público ou da parte que postular a desconsideração da personalidade jurídica, já prevista no Código Civil, vedando ao magistrado decretar de ofício a desconsideração.

Avança texto que dá acesso à lista de cirurgia do SUS

Irregularidades na lista de cirurgias programadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) poderão ser enquadradas como ato de improbidade administrativa. A punição está prevista em projeto de lei (PLS 393/2015) de Reguffe (sem partido-DF) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta obriga divulgação da lista de agendamento

de cirurgias pelo SUS na internet, tanto as realizadas por hospitais públicos quanto as pela rede privada conveniada. Está prevista ainda a atualização semanal dessa relação, bem como o enquadramento na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) do serviço de saúde que deixar de elaborar-la ou fraudá-la.

O PLS 393/2015 recebeu parecer favorável da relatora,

Simone Tebet (PMDB-MS), que promoveu ajustes no texto — a maioria de redação — com cinco emendas. Uma delas elimina a exigência de identificação do paciente ou do responsável legal pelo número da carteira de identidade.

Para Reguffe, a garantia de acesso público a informações “confiáveis e periodicamente atualizadas” vai permitir um controle efetivo sobre eventuais adulterações ou fraudes no âmbito do SUS. Aécio Neves (PSDB-MG), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Maranhão (PMDB-PB) destacaram a importância da proposta para evitar que a fila seja furada.

Para Aécio, o projeto evitará prejuízo a quem precisa recorrer ao serviço público de saúde. O texto vai a votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Adiada votação de projeto que criminaliza agressões a cães e gatos

Um pedido de vista de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) adiou ontem a votação de projeto de lei da Câmara (PLC 39/2015) que criminaliza agressões praticadas contra cães e gatos. A proposta está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e recebeu parecer favorável, com seis emendas, de Alvaro Dias (PV-PR).

Apesar de reconhecer mérito na iniciativa, Aloysio questionou o alcance restrito.

— Há quem tenha hamster, coelho e até galinha como animal de estimação. Eu mesmo cheguei a ter um veado quando era criança. Esse assunto deveria ser tratado em uma lei mais geral de proteção dos animais — avaliou o senador.

O PLC 39/2015 enquadra criminalmente as condutas

de matar, omitir socorro, abandonar, promover lutas e expor a perigo a vida, a saúde ou a integridade física de cães e gatos. O texto também prevê aumento de pena quando o crime for praticado com uso de veneno, fogo, asfixia, ou mediante reunião de mais de duas pessoas, ou ainda acarretar a debilidade permanente do animal.

Alvaro elogiou a proposta, mas considerou as penas recomendadas “excessivas e desproporcionais”. Assim, decidiu ajustá-las por meio das emendas. Uma das mudanças se referiu ao tipo penal — criado pelo projeto — de promoção de luta entre cães. Em vez da pena de reclusão de três a cinco anos defendida originalmente, Alvaro recomendou reclusão de três meses a um ano.



Simone sugeriu que paciente seja identificado pelo Cartão Nacional de Saúde

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Projeto sobre estância turística pode ser alterado

Em audiência pública, especialistas afirmaram que, da forma como está, proposta em análise deixaria de fora vários municípios já consagrados como destinos turísticos

SE O PROJETO de Lei da Câmara (PLC) 147/2015 for aprovado como está, muitos municípios ficarão de fora dos destinos turísticos do país, conforme análise dos participantes de audiência pública promovida ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O debate teve como tema a classificação das estâncias turísticas e foi requerido para instruir o relatório sobre o projeto, que tramita na comissão.

O autor do requerimento e presidente da CDR, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), é relator do texto que define requisitos para que uma cidade receba a conceituação de estância. Pela proposta, haveria cinco tipos de estâncias turísticas: hidrominerais, climáticas, turísticas, balneárias e turísticas religiosas.

Os participantes do debate afirmaram que o projeto de lei não está alinhado com a Política e o Plano Nacional de Turismo do Ministério do Turismo, que já fez uma classificação dos municípios e criou um mapa do turismo brasileiro.

Na ausência de Davi Alcolumbre, a audiência foi presidida pelo senador Hélio José (PMDB-DF), que apresentará emendas ao projeto para incorporar sugestões discutidas.

— Quero reforçar que meu gabinete está à disposição para, a partir do que definirmos aqui, apresentar as emendas necessárias a esse projeto de lei para que possamos modificá-lo ou apresentar, se for o caso, um substitutivo, para que o texto volte à Câmara dos Deputados e possamos



Hélio José (C), que presidiu o debate, garantiu que apresentará emendas ao texto para incluir sugestões apresentadas

aprovar uma lei que atenda os anseios do país — afirmou o senador.

Mapa

O diretor de Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo, Rogério Cóser, afirmou que o projeto de lei em discussão mexe com a forma com que o ministério vem trabalhando. Ele explicou que o ministério criou o *Mapa do Turismo Brasileiro*, em 2013, para promover o turismo no país de forma descentralizada e regionalizada.

Cóser disse que todo município pode participar do *Mapa do Turismo*, caso atenda critérios que foram amplamente discutidos com fóruns regionais de turismo. Além disso, os municípios são categorizados para que o ministério identifique o desempenho da economia do turismo. De acordo com o mapa de 2016, o

número de cidades que fazem parte do mapa caiu de 3.345, em 2013, para 2.175.

De acordo com o diretor, o PLC 147/2015 privilegia determinados nichos e segmentos turísticos em detrimento de outros, pois não trata do turismo rural, ecoturismo e turismo de aventura, por exemplo. Cóser elencou ainda outros problemas do projeto, como a falta de alinhamento com a Política Nacional de Turismo, a não definição dos benefícios de classificação dos municípios em estâncias e a não definição dos responsáveis pelo reconhecimento dessas estâncias, entre outros.

Cóser apontou problemas no texto em relação à descrição das estâncias, o que excluiria municípios já consagrados como destinos turísticos.

— A classificação em estâncias balneárias, por exemplo, deixaria de fora estados e ci-

dades que contam com praias de água doce. Para chamar a atenção, ficariam de fora Alter do Chão [PA], Lençóis Maranhenses [MA], Praia de Ponta Negra e Iranduba [AM]; Ilha do Marajó [PA], Palmas e Jalapão [TO]. Um monte de municípios já consagrados e destinos turísticos ficariam fora, caso ele seja aprovado da forma que está — exemplificou.

Orçamento

De acordo com o consultor da Confederação Nacional de Municípios (CNM) Mário Ribas do Nascimento, ao longo dos últimos anos, o Brasil foi diminuindo o orçamento destinado ao turismo. Segundo ele, embora tenha havido aumento de recursos para o setor de 2015 para 2016 (de R\$ 9 milhões para R\$ 15 milhões), a verba orçamentária para a área já chegou a ser de R\$ 104 milhões em 2011:

— Os municípios de todo o Brasil clamam por mais investimentos no setor. Eles entendem como setor estratégico e fundamental para a economia e desenvolvimento do país. Os países mais desenvolvidos do mundo, na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia, têm no turismo a primeira, a segunda ou a terceira atividade econômica principal.

Nascimento afirmou ainda que o país perdeu uma grande oportunidade de investir em turismo em eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Para ele, esses dois eventos demandariam obrigatoriamente maiores investimentos no setor, mas aconteceu o inverso.

— Há um equívoco nessa política. Nós precisamos mudar esse foco — disse.

A presidente da Amazonastur, Oreni Campêlo Braga da Silva, que representou os secretários estaduais de Turismo, disse que as Américas vêm dando um grande salto de crescimento no turismo, mas lamentou que, enquanto o México investiu R\$ 140 milhões e a Argentina, R\$ 70 milhões, o Brasil investiu pouco mais de R\$ 15 milhões este ano.

— Nós precisamos repensar o que queremos para o turismo brasileiro — completou.

Oreni Braga lembrou ainda questões que dificultam a entrada de turistas no Brasil, como o alto custo da passagem aérea e a falta de promoção de outros tipos de turismo, como o ecoturismo, o turismo cultural e o turismo religioso. Segundo ela, quase 50% dos turistas vêm ao país à procura de praia e sol.

Requião critica medidas do governo Temer

Roberto Requião (PMDB-PR) recomendou que as novas gerações diferenciem as gestões do governo de Michel Temer com as ideias do PMDB tradicional.

O Brasil, disse, se aliou ao que há de mais atrasado na América Latina e conspira contra o Mercosul. O senador também criticou propostas de mudanças na Previdência e nas regras de aposentadoria.

— O PMDB de [José] Sarney era muito diferente desta aventura do Temer, em parceria com os interesses geopolíticos de potências poderosas e da banca instalada no Brasil e sôfrega por retirar direitos dos trabalhadores — disse Requião.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lasier defende MP para restabelecer marco da ciência

Lasier Martins (PDT-RS) defendeu a edição de uma medida provisória para restabelecer o texto original do Marco da Ciência e Tecnologia, especialmente no que se refere ao financiamento de pesquisas. Segundo ele, trechos da lei que foram vetados prejudicam o financiamento de pesquisas.

O investimento em pesquisa, disse, pode abrir novos mercados, gerar renda e emprego, aumentar a arrecadação e elevar a riqueza do país.

— Com o ritmo atual, de tanto descaso com a ciência e tecnologia, e sem o marco regulatório, o Brasil levará 34 anos para acompanhar os países mais adiantados.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Reguffe comemora aprovação de três textos em comissões

Reguffe (sem partido-DF) comemorou a aprovação de três projetos seus em comissões do Senado.

— Até hoje, aqui na Casa, não tinha sido aprovado nenhum e, no mesmo dia, eu consegui a aprovação de três projetos em comissões.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foram aprovados o PLS 393/2015, que obriga a publicação na internet da lista de espera para cirurgias no SUS, e a PEC 8/2016, sobre rito de projetos de iniciativa popular. Já na Comissão de Direitos Humanos (CDH) foi aprovado o PLS 38/2015, que inclui a disciplina Cidadania no ensino médio.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Paim celebra dez anos da Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha, que completa dez anos de vigência, contribuiu muito para diminuir a violência contra as mulheres, apesar dos índices ainda serem elevados, disse Paulo Paim (PT-RS). O senador lembrou que a lei resultou no aumento do número de denúncias de violência doméstica, diminuindo em 10% a projeção de crescimento da taxa de homicídios contra mulheres.

— A lei é reconhecida pela ONU [Organização das Nações Unidas] como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres. Se antes um agressor era visto como alguém que cometeu uma pequena contravenção e pagava multa ou cestas básicas, hoje a pena é detenção, é cadeia.

Piauí combate violência contra a mulher, diz Regina

Regina Sousa (PT-PI) destacou avanços no combate à violência contra a mulher no Piauí. Ela informou que a Lei Maria da Penha já é tema de debate nos currículos das escolas piauienses. Além disso, a Lei do Femicídio, criada no ano passado, faz parte da formação das polícias civil e militar no estado.

A senadora lembrou que a estatística de violência contra a mulher aumentou no Piauí, em função do maior número de denúncias nos últimos anos. Ela também ressaltou que o estado tem, proporcionalmente, mais Delegacias da Mulher em relação a outras regiões do país.



Marcos Oliveira/Agência Senado

TCU deve se manifestar sobre gestão de saúde

Tribunais de Contas estaduais têm divergido sobre a inclusão ou não de gastos com gestão de saúde por meio de organizações sociais na Lei de Responsabilidade Fiscal

A GESTÃO DE unidades de saúde por meio de organizações sociais, incluindo a contratação de profissionais como médicos e enfermeiros, tem gerado debates por todo o Brasil. Para sanar dúvidas acerca desses contratos, Lídice da Mata (PSB-BA) pediu manifestação do Tribunal de Contas da União (TCU). Requerimento com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para votação no Plenário.

O pedido foi estimulado pelo governador do Distrito Federal, ex-senador Rodrigo Rollemberg. Ele tem projeto de adoção dessa modalidade de contrato para a área de saúde da capital, mas, antes, precisa esclarecer dúvidas quanto à necessidade de incluir ou não os gastos com contratação de pessoal

entre as despesas de pessoal do governo, para o cálculo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Enquanto o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC-DF) recomenda a inclusão, os TCs de outros estados, como São Paulo, têm interpretação divergente. Para Lídice, como se trata de assunto importante para a implantação de políticas públicas de saúde, é necessário que o TCU se pronuncie sobre o tema e auxilie o Congresso e o GDF nessa compreensão.

— A iniciativa é louvável. Rodrigo está pedindo que o TCU se manifeste a respeito antes de tomar uma decisão. Isso é próprio de gente prudente e sensata que quer fazer o mais correto — afirmou o senador Waldemir Moka (PMDB-MS).



Pedido de manifestação do TCU foi feito por Lídice da Mata, em apoio a demanda do governo do DF

Eventos e meios de transporte poderão ter desfibrilador cardíaco

Espaços públicos, eventos com grande aglomeração de pessoas e meios de transporte deverão ser obrigatoriamente equipados com desfibriladores cardíacos, segundo projeto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 344/2003 segue para análise do Plenário.

Pelo texto, substitutivo da Câmara ao projeto do ex-senador Tião Viana, o desfibrilador será instalado em locais com circulação de pessoas igual ou superior a 4 mil por dia, como estações rodoviárias e ferroviárias, portos, aeroportos, centros comerciais, estádios e ginásios esportivos, academias de

ginástica, hotéis, templos e outros locais assemelhados.

As sedes de eventos com concentração ou circulação igual ou superior a 4 mil pessoas; os veículos como trens, metrô, aeronaves e embarcações com capacidade a partir de 100 passageiros por dia; ambulâncias e viaturas de resgate, policiais e de bombeiros também deverão ser equipados. O texto torna obrigatória a presença de pessoa, nesses locais, designada e treinada para o uso do desfibrilador e para a realização de procedimentos auxiliares de ressuscitação cardiopulmonar.

O relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO), rejeitou emenda da Câmara para impor a quantidade de desfibriladores a serem instalados nos locais.

— Além da falta de evidências científicas para respaldá-lo, esse dispositivo trata de minúcias técnicas que, idealmente, devem ser abordadas em norma infralegal — disse.

Reparação de mamas

A CAS adiou a votação do PLC 5/2016, que garante a realização, pelo SUS e por planos de saúde, em mulheres com câncer de mama, de cirurgia plástica reparadora, incluindo a mama não atingida, para assegurar a simetria. Ana Amélia (PP-RS) apontou um possível conflito com a Lei 12.802/2013, que “garante a reconstrução das mamas no mesmo tempo cirúrgico” da retirada do tumor. A relatora, Marta Suplicy (PT-SP), pretende compatibilizar os textos.

Paim anuncia mobilização contra corte de direitos trabalhistas

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), anunciou um novo calendário de eventos a serem realizados em parceria com assembleias legislativas e sindicatos de todo o país, buscando mobilizar a classe trabalhadora contra possíveis ameaças de cortes de direitos. A próxima audiência será em 11 de agosto, em São Paulo, no Sindicato dos Químicos, a partir das 13h, seguida por debate à noite na assembleia legislativa. No dia seguinte, o evento será em Goiânia, na Assembleia Legislativa de Goiás, às 14h.

— Vamos debater propostas que estão no Congresso, como o “liberal-geral” nas terceirizações, a prevalência do negociado sobre o legislado, as ameaças de perdas de direitos por meio da reforma da Previdência, o esvaziamento da Justiça do Trabalho ou a flexibilização do conceito de trabalho escravo — afirmou.

Os debates seguintes serão realizados nas seguintes capitais: Palmas, em 19 de agosto; Fortaleza, em 29 de agosto; Belo Horizonte, em 2 de setembro; em Belém, em 7 de outubro; Recife, em 14 de outubro; Cuiabá, em 21 de outubro; Salvador, em 4 de novembro; Natal, em 11 de novembro; São Luís, em 18 de novembro; e Rio de Janeiro, em 21 de novembro. O último será em Curitiba, em 2 de dezembro.

Dentro dessa mobilização, que se iniciou em 16 de junho, o senador já participou de debates em Florianópolis, Vitória, Porto Alegre e Maceió.

A CDH também aprovou a realização de outras seis audiências públicas, no Senado. Uma delas voltará a debater liberdade e autonomia sindical.

— Os dirigentes sindicais estão sendo demitidos e inventaram que a estabilidade não vale pra quem for suplente ou membro de conselho fiscal. Só se a Justiça não conhece os locais de trabalho em nosso país para tomar uma decisão dessa — criticou Paim.

Também serão realizadas audiências sobre a proposta que trata dos crimes de abuso de autoridade (PLS 280/2016) e sobre casos recentes de violência contra jornalistas, entre outras.



Caiado manteve mudanças da Câmara ao texto, exceto a imposição de quantidade de aparelhos



Paim criticou propostas como a de reforma da Previdência e a do negociado sobre o legislado

Comissão aprova inclusão de temas de cidadania no ensino médio

A proposta que permite a inclusão do ensino de temas associados à cidadania nos currículos do ensino médio em todo o país foi aprovada ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Ela será analisada agora pela Comissão de Educação (CE).

O texto aprovado é substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 38/2015, do

senador Reguffe (sem partido-DF). Pela proposta original, o conteúdo poderia ser incluído nos currículos como disciplina obrigatória, para desenvolver e trabalhar nos alunos noções de cidadania, do Estado democrático de direito, dos direitos e garantias fundamentais, noções sobre o Código de Defesa do Consumidor, o papel e as atribuições dos

parlamentares e dos chefes do Executivo, além de noções de educação fiscal.

Para Reguffe, a cidadania deve ser estimulada desde cedo, por meio da educação nos lares e nas escolas, com a conscientização dos direitos e deveres da vida em sociedade, com especial atenção ao papel dos representantes eleitos.

No entanto, o relator, se-

nador Cristovam Buarque (PPS-DF), optou por não criar nova disciplina. Seu parecer foi pela aprovação do projeto de Reguffe, com rejeição de outros seis que tramitavam em conjunto. Mas fez ressalvas. Ele considera apropriado que a inserção curricular ocorra de forma transversal, dentro das matérias já existentes.

Cristovam destacou temas

a serem abordados, como direito constitucional, noções de cidadania e democracia, competências e atribuições de deputados, senadores, prefeitos, governadores e presidente da República, direito do consumidor e educação fiscal.

O projeto prevê que os sistemas de ensino terão 3 anos letivos para se adaptar às novas exigências.